



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11024 - Resumo Expandido - Trabalho - 4ª Reunião Científica da ANPEd Norte (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 09 -Trabalho e Educação, Ensino Médio e Ed. Técnica e Tecnológica

AS NOVAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE NOS CURSOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFAP EM CONTEXTO DE PANDEMIA

Jorge Lucas de Oliveira Dias - UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Este estudo é um recorte de dissertação, em andamento, que objetiva analisar as novas condições de trabalho docente nos cursos de bacharelado em Ciências Sociais e licenciatura em Sociologia, da Universidade Federal do Amapá (Unifap), em contexto de pandemia, com a predominância do Ensino Remoto Emergencial (ERE). Analisa-se as condições de trabalho durante a pandemia do vírus ‘SARS-CoV-2’, transmissor da doença Covid-19, que exigiu medidas de isolamento social para frear a sua propagação. Um estudo do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior aponta que “no contexto da pandemia, o termo ‘ensino remoto’ se popularizou. O isolamento social, necessário para impedir a expansão da infecção por Covid-19, fez com que as atividades presenciais nas instituições educacionais deixassem de ser o ‘normal’” (ANDES-SN, 2020, p. 12-13). Tem-se o ensino remoto como uma alternativa de retorno às atividades, ensejando novas condições para o trabalho. Por definição de trabalho, entende-se como “exercício de uma atividade vital, capaz de plasmar a própria produção e a reprodução da humanidade, uma vez que é o ato responsável pela criação dos bens materiais e simbólicos socialmente necessários para a sobrevivência da sociedade” (ANTUNES, 2011, p. 432-433). Desse modo, o foco aqui recai sobre a categoria de trabalho docente que pode ser definida como uma atividade que “requer habilidades, competências e qualificações ligadas às interações humanas [...] uma ação focada na ressignificação constante da prática e da teoria. O labor docente é tudo isso, além de uma ação com, para, sobre, entre e por outros sujeitos: os educandos” (GODINHO, 2019, p. 18). Assim, compreende-se a relevância de estudar as condições de trabalho docente marcadas por novas formas de precarização das universidades e de desvalorização da educação superior, o que impacta no modo como o/a professor/a atua, vive e sobrevive. Problematisa-se também a pandemia no Brasil, pois segundo a plataforma oficial do Governo Federal, sobre a situação epidemiológica da Covid-19, “Painel Coronavírus” (<https://covid.saude.gov.br/>), atualizado em: 07/07/2022, o país registra a marca de 673.073 (seiscentos e setenta e três mil, e setenta e três) óbitos confirmados em função do vírus SARS-CoV-2. A partir desse contexto,

direcionando-se ao estudo sobre trabalho docente, Maués afirma que: “analisar o trabalho docente na educação superior é um desafio importante, à medida que as reformas em curso têm alterado as finalidades da educação e esse fato tem repercussões nas atividades desenvolvidas por esse profissional” (MAUÉS, 2010, p. 142). Esse cenário se agrava com a tragédia provocada pela doença Covid-19, pois proporcionou a expansão do já existente trabalho remoto, como forma de manter o funcionamento das instituições de ensino em tempos de distanciamento social. Esse contexto de validação do ensino remoto em caráter emergencial aumentou os processos de exploração no trabalho dos/as professores/as, bem como não considerou em sua totalidade as condições de acesso à educação por parte de estudantes: “além de maximizar a exploração dos professores e jogar sobre eles grande parte do ônus causado pelo fechamento das escolas, também têm contribuído para descortinar as diferentes realidades em que vivem os estudantes brasileiros” (MAGALHÃES, 2020, p. 3). Portanto, parte-se do seguinte pressuposto: “com o ‘ensino’ remoto, nossos problemas não acabaram; apenas se enraizaram ainda mais” (SAVIANI; GALVÃO, 2020, p. 39). Dessa forma, entende-se que não é uma novidade da pandemia o trabalho estar marcado pela presença das Tecnologias da Informação e Comunicação, mas reflete-se ao fato de que essas tecnologias ocultam as explorações, pois “trazem consigo o advento do teletrabalho, forma de trabalho mediada por plataformas digitais, os aplicativos, numa aparente relação de não trabalho e, portanto, de não exploração” (PREVITALI; FAGIANI, 2020, p. 217-218). Com relação a proposta metodológica, compreende-se como método o Materialismo Histórico Dialético (MHD), enquanto diretriz que nos orienta ao conhecimento prático, dedicado ao estudo da realidade concreta, com as metodologias de geração de dados a partir da Pesquisa Documental, junto às entrevistas de História Oral, ambas são adotadas para assegurar a consecução da busca por respostas das questões norteadoras. À luz do MHD, entende-se o período histórico de pandemia e dos avanços de ferramentas digitais na educação como parte constituinte da realidade social concreta. Nesse sentido, se ressalta que o trabalho docente: “abarca os sujeitos que atuam no processo educativo [...] nas suas diversas caracterizações de cargos, funções, tarefas, especialidades e responsabilidades, determinando suas experiências e identidades” (OLIVEIRA, 2010, s/p). Com a pandemia, esse trabalho docente passou por adaptações “reuniões pedagógicas e administrativas presenciais passaram a ser on-line, diários de classe adotaram modelos virtuais, ‘avaliações’ foram feitas ‘a distância’ [...] Esse processo não se deu sem a *uberização* de sua função” (FRENTE CONTRA O ENSINO REMOTO, 2021, p. 124). Percebe-se que as novas condições de trabalho docente em contexto de pandemia o levaram a intensificação e a precarização, processos que já estavam presentes na realidade brasileira, tendo em vista que “intensificação das expropriações dos trabalhadores foi especialmente adensada nos últimos cinco anos, nos quais foram regulamentadas práticas laborais totalmente desprovidas de direitos [...]” (SILVA, 2021, p. 85). Assim, se adquire cada vez mais contornos de condições de trabalho precárias e avanço do mercado das tecnologias, haja vista que “[...] no período da pandemia, o consequente fechamento das escolas e a interrupção das atividades presenciais de ensino catalisaram as oportunidades de aumentar o mercado das TICs” (LAMOSA, 2021, p. 108), ao ponto de prevalecer a máxima de que nunca a indústria das tecnologias da informação e comunicação

tiveram tanto lucro como no período pandêmico, devido ao trabalho remoto e pelas necessidades de comunicação/interação durante o isolamento. Com isso, identifica-se que o contexto pandêmico trouxe novas mudanças ao mundo do trabalho, com recorte aqui, aquelas vivenciadas na educação, no trabalho docente, alteração a realidade socioeducacional desses/as trabalhadores/as, uma vez que, concordando com Mariz, “a realidade social não é um dado, é fruto histórico e, apesar de produtora ou reprodutora das relações, também é resultado das mesmas [...] fruto de tarefa histórica, de transformação e manutenção é a vida cotidiana” (MARIZ, 2010, p. 101). E essa perspectiva de realidade transformada, impactou diretamente a vida social. Nesse quadro, expõe-se as condições de trabalho docente no ensino superior, em que são necessários cumprir os mesmos números de produtividade de antes do período pandêmico, incluindo as exigências de “orientações, publicações, projetos, apresentações e participações em eventos dentre outros” (MANCEBO, 2010, p. 82). Nesse sentido, pensa-se este trabalho como um campo da esfera educacional, permeado por lutas históricas, por disputas hegemônicas (FRIGOTTO, 2000), em meio aos avanços das concepções de educação como capital humano, a qual remete os sistemas socioeconômicos e educacionais ao desenvolvimento da formação para o mundo do trabalho. Considerando que este é um estudo em andamento, não serão aprofundadas às análises de seus resultados, mas reafirma-se a perspectiva de que a pandemia e o Ensino Remoto Emergencial impulsionaram, ainda que de modo diversificado em cada docente, características de exploração, intensificação e precarização do trabalho na Unifap. Dentre o número de docentes entrevistados, foram problematizados 4 (quatro) participantes, sendo duas auto identificadas como do gênero feminino e dois masculinos. Em suas falas, notou-se negação e contradição com relação às condições de trabalho docente no contexto pandêmico. Os/as docentes serão identificados/as com a sigla DCS (Docente de Ciências Sociais), seguida de numeração em ordem crescente (1, 2, 3 e 4), justificado pela ordem de participação nas entrevistas e mantendo o anonimato. No primeiro recorte de questões, sobre “*as mudanças percebidas nas estruturas física e virtual que constituem as condições de trabalho docente no Ensino Remoto Emergencial (ERE)*”, o DCS1 afirma não ter percebido mudanças consideráveis no trabalho docente em suas aulas, alegando que o uso de seus recursos ocorreu da mesma forma como no ensino presencial, mas, ao mesmo tempo expõe contradição na resposta, ao indicar que o trabalho no ensino remoto apresentou uma nova forma de ensinar, devido ao momento atípico de ERE, também considerou a frustração com relação a participações dos/as estudantes. DCS2 demonstrou insatisfação com a estrutura física de trabalho da Unifap, enfatizando as dificuldades enfrentadas por discentes e docentes ao utilizarem banheiros inapropriados, climatização precária nas salas de aula, o que ocasiona desgastes. Sobre o ensino remoto, DCS2 destacou o grande cansaço, especialmente em ficar sentada, “grudada na frente de aula tela” conforme palavras da professora, com pouco movimentos durante horas de aula, sendo às vezes necessário pedir licença para tomar água e aproveitando para realizar alguns movimentos. DCS3 afirma, em termo de estrutura física, ter mais conforto em casa do que na Unifap. Defende que o ERE está sendo uma experiência ótima e demonstra incertezas sobre o retorno ao presencial, pois segundo ela, a instituição não está se preparando de forma satisfatória, indicando que não tem melhorias necessárias para este momento, evidenciando

problemas estruturais do bloco de salas de aula. Também expõe que a pandemia realçou ainda mais problemas e, segundo a professora, teve o aspecto positivo, com otimização de tempo, por poder ficar em casa. Ainda assim, relatou problemas de ordens psicológicas devido ao *lockdown*, com o confinamento. DCS4 menciona o termo “privilégio” em poder construir dois espaços em casa, com possibilidade de usufruir de equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação adquiridos com recursos próprios (exceto no caso de um notebook ofertado pela Unifap): um somente para atendimento de trabalhos administrativos e outro somente para atividade da docência. Nota-se a contradição nas falas dos/as docentes por indicarem que não houveram mudanças expressivas nas estruturas de trabalho docente, expondo a percepção de uma realidade distante do que foram os impactos do Ensino Remoto Emergencial. Por outro lado, no mesmo item inicial, os/as docentes apresentam evidentes sinais de precarização das condições de trabalho na estrutura física da Unifap. Com relação ao segundo recorte, sobre “*os recursos pedagógicos ofertados por parte da instituição, além da estrutura individual docente, que tornaram possível o exercício de suas atividades de trabalho*”, apresenta-se as seguintes respostas: DCS1 afirma que não aconteceram ofertas de recursos e nem preocupação por parte da instituição sobre como e onde estavam ocorrendo as aulas, se possuíam condições necessárias, nem acompanhamento do Núcleo de Tecnologia da Unifap, para além da disponibilidade de plataforma digital institucional para o trabalho docente – segundo ele, com pouca adesão por parte dos/as professores/as. Acrescenta que muitas de suas aulas foram interrompidas por falhas no sinal de internet e que os/as estudantes, algumas vezes, faltavam alegando instabilidade na conexão. DCS2 argumenta que foi um processo complicado – o acesso aos recursos, “foi algo que teve que ser montado com desencontros de informações, não haviam esclarecimentos sobre carga horária de um semestre com tempo reduzido e sobre qual seria quantidade de aulas, tumultuado às novas estruturas, devido ao inicial desencontro de informações com relação ao preenchimento de plataformas e acessibilidade por parte dos estudantes”. A professora afirma que os semestres seguintes foram mais acessíveis, inclusive contando com a colaboração de outros colegas docentes para solução de problemas, entretanto demonstrou cansaço. DCS3 diferentemente dos anteriores, menciona a oferta de cursos de qualificação para uso das ferramentas digitais, com a disponibilização de aulas gravadas para utilização do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). A professora relata que participou inicialmente de alguns cursos, considerando, portanto, esses cursos como o suporte ofertado pela Unifap no contexto de ensino remoto. DCS4 aponta cursos e minicursos de capacitação para utilização das plataformas virtuais, não apenas do SIGAA, mas também *Microsoft Teams*, *Conferência Web*, *Google Meet*, dentre outras, como recursos ofertados pela Unifap, que eram divulgados por meios institucionais como E-mail e memorandos, além de informar que a participação era livre/espontânea. Percebe-se que não há um consenso sobre a oferta de recursos pedagógicos, os resultados gerados indicam para o DCS1 a ausência de ofertadas, e para DCS2, DCS3 e DCS4, uma oferta pouco satisfatória. Quanto ao terceiro recorte, sobre: “*mudanças percebidas na carga horária e no ritmo de trabalho das atividades realizadas pelos/as professores/as antes (com referência a 2019) e durante a execução do Ensino Remoto Emergencial*”: DCS1 entende que houve interferências de forma estrutural, mudando não

apenas o tempo de aula, como na interação cotidiana, abordando sobre as ausências de diálogos com estudantes nas aulas, demonstrando também conformismo em “foi o que era possível fazer”. DCS2 considera que houveram mudanças, não na carga horária, mas no acúmulo de atividades durante a pandemia. As disciplinas continuaram com suas cargas horárias regulares, mas, especialmente em 2020, houve intensificação do trabalho, devido a exigência de cumprir as atividades de um semestre, em um curto período de tempo: “então, nesse sentido, posso dizer que aumentou significativamente o trabalho docente e, não só do curso de Sociologia e Ciências Sociais, mas de toda a universidade, certamente de todas as universidades do Brasil”. DCS3 argumenta que houve mudanças, tanto na carga horária em relação a 2019, como no ritmo de trabalho que ficou mais lento comparado ao presencial, destacando também o tempo que a Unifap ficou sem atividades de ensino. A professora apresenta concepção divergente aos demais, com relação aos meses de paralisação do calendário, segundo a professora também ocorreram interferências com fins políticos, culpabilizando o “sindicato dos professores por ter feito com que os professores não pudessem voltar na modalidade EaD para as suas funções, para dar aula”. A professora também afirma que a Unifap foi a última universidade federal a retornar ao ensino, junto a problemática do Apagão de energia elétrica enfrentado pelo Estado do Amapá, que teve a interrupção do fornecimento regular de energia por mais 20 dias, prejudicando diretamente as atividades de trabalho. DCS4 também percebeu mudanças com a viabilização do ensino remoto. Disciplinas com 60h, de encontros com 4h semanais, acabaram sendo reduzidas pela metade com o ERE, acrescentando as dificuldades enfrentadas pelo corpo discente em participarem das aulas, devido ao acesso a conexão de internet. Portanto, segundo o professor, houve redução de 4h para 2h, a partir do distanciamento e da institucionalização do ensino remoto. Novamente nota-se que não há consenso sobre mudanças, em que os docentes reclamam de intensificação do trabalho em contexto de ERE, especialmente quanto ao tempo e forma de suas condições de trabalho, mas não expressam indignação quanto à proposta de ensino remoto. Percebe-se então, sinais de intensificação e precarização do trabalho docente, a partir de falas em que os/as professores/as relatam estrutura física inapropriada da Unifap, e cansaço com aumento da carga de trabalho durante o ensino remoto emergencial. Reitera-se também a falta de consenso sobre haver oferta de recursos pedagógicos e mudanças curriculares, aparecendo alguns indicativos de defesa do ERE, tanto na perspectiva de comodidade de trabalhar em casa, como pela ideia de otimização de tempo. Entretanto, fica exposto as desigualdades e cansaços. Neste estudo, respeita-se a confiança e a disponibilidade de participação dos/as docentes. Partimos em defesa do ensino presencial – de qualidade, igualitário e inclusivo, com condições apropriadas para docentes e discentes, não negando a existência do ensino remoto, mas concebendo-o como um auxílio ao trabalho docente, e não como substituição de suas condições.

Palavras-chave: condições de trabalho; trabalho docente; ensino superior; ensino remoto emergencial.

REFERÊNCIAS

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Projeto do capital para a educação, vol. 4: O ensino remoto e o desmonte do trabalho docente**, 2020.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho. *In*: CATTANI, Antonio; HOLZMANN, Lorena (orgs.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. 2. ed. – Porto Alegre, RS: Zouk, 2011, p. 432-437.

FRENTE CONTRA O ENSINO REMOTO. Implementação do ensino remoto nas redes públicas de educação básica na pandemia. *In*: MAGALHÃES, Jonas (org.). **Trabalho docente sob fogo cruzado**. 1. ed. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021, p. 118-134.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

GODINHO, Luís Flávio. **Sentidos do trabalho docente**. Cruz das Almas: UFRB, 2019.

LAMOSA, Rodrigo. O trabalho docente no período de pandemia: ataques, lutas e resistências. *In*: MAGALHÃES, Jonas (org.). **Trabalho docente sob fogo cruzado**. 1. ed. Rio de Janeiro : UERJ, LPP, 2021, p. 104-117.

MAGALHÃES, Rodrigo. Pandemia de covid-19, ensino remoto e a potencialização das desigualdades educacionais. **Hist., Ciênc., Saúde**. 28 (4), out-dez, Rio de Janeiro, 2021.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente na educação superior brasileira: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. **Rev. Portuguesa de Educação**. 23, p. 73-91, 2010.

MARIZ, Ricardo. **Os sentidos do trabalho docente na educação superior privada em expansão (1990 a 2010)**. Tese, Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UnB): Brasília, 2010.

MAUÉS, Olgaíses. A reconfiguração do trabalho docente na educação superior. **Educar em revista**, Curitiba, Brasil, n. especial, p. 141-160, 2010.

OLIVEIRA, D. Trabalho docente. *In*: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A.; VIEIRA, L. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

PREVITALI, Fabiane; FAGIANI, Cilson. Trabalho digital e educação no Brasil. *In*: ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. *In*: **Universidade e Sociedade** / ANDES-SN, nº 1; Brasília, 2020.

SILVA, Amanda. O precariado professoral em tempos de pandemia da Covid-19: a perda dos postos de trabalho e a eliminação de direitos. *In*: MAGALHÃES, Jonas (org.). **Trabalho docente sob fogo cruzado**. 1. ed. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2021, p. 84-103.